

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE.
(Art. 74, III, “c, f”, da Lei Nº 14.133/2021).
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2025 – SMAD.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025-SELCO.

OBJETO: Contratação de serviços de Assessoramento Técnico, para o Projeto Cidade Empreendedora, com o objetivo de fomento ao empreendedorismo no município, especialmente aos pequenos empreendimentos.

I - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 74, § 3º).

Trata-se da contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoramento Técnico, para o Projeto Cidade Empreendedora, com o objetivo de fomento ao empreendedorismo no município, especialmente aos pequenos empreendimentos.

A Administração Pública Municipal de Bonfim busca promover o empreendedorismo no município, com foco no fortalecimento e apoio às pequenas empresas. Tal iniciativa visa desenvolver o município ao fomentar um setor que gera emprego e renda para a população local. O objetivo é que o município forneça suporte adicional às empresas e pessoas físicas interessadas em empreender, ajudando-as a se desenvolver e a prosseguir com suas atividades. Para isso, será criado um plano estratégico alinhado com o perfil econômico e as demandas do município. Além disso, pretende-se desburocratizar os métodos para iniciar atividades empreendedoras e oferecer suporte contínuo, como disseminação de conhecimento sobre compras públicas, educação empreendedora e desenvolvimento sustentável.

Diante da importância deste setor para o município e considerando a expertise e especialidade da entidade a ser contratada, a contratação se apresenta como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de empreendimentos organizados e sustentáveis.

II - RAZÕES DA ESCOLHA DO CONTRATADO (art. 72, VI).

Indica-se a contratação da empresa **SEBRAE-SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE RORAIMA**, CNPJ 04.685.236/0001-60 devido ao fato da mesma possuir reconhecida experiência adquirida com desempenho anterior, com atuação junto as entidades e Órgãos da Administração Pública Estadual, direta e Indireta, dirimindo com dinamismo e eficiência as demandas que lhe são confiadas nos âmbitos de serviços de Assessoramento Técnico para o Projeto Cidade Empreendedora.

III - FUNDAMENTO LEGAL (art. 74).

A Constituição Federal, consoante princípios estabelecidos pelo art. 37, caput, e inciso XXI, estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo licitatório. Assim, depreende-se que no ordenamento jurídico pátrio a regra é a licitação. Entretanto, em casos determinados, a legislação admite a contratação direta sem submissão ao processo licitatório.

Dentre as hipóteses de contratação direta, destaca-se, para os propósitos deste termo, a inexigibilidade de contratação diante da inviabilidade de competição para contratação

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC.

serviços técnicos especializados com amparo no 74, inciso III, da Lei 14.133/21, que inseriu no rol das hipóteses elencadas na lei, conforme se vê:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Cumpra esclarecer, entretanto, que a contratação direta não exclui um procedimento licitatório. Para tanto, impõe-se a necessidade alcançar o exato significado das expressões: inviabilidade de competição, profissionais com notória especialização e singularidade do serviço pretendido. Inciso III, art.74 Lei Nº 14.133/2021 é legal, e não constitui qualquer ilegalidade.

IV - JUSTIFICATIVA DO PREÇO (art. 72, VII).

No tocante a justificativa de preços, é válido registrar que o cabe ao gestor contratante demonstrar a compatibilidade do preço contratado com os atualmente praticados no mercado. Dessa forma, deve a Administração Pública atender o que dispõe os termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

No procedimento de inexigibilidade, o processo deverá ser instruído com a devida justificativa de que o preço ofertado a Administração Pública Municipal é condizente com o praticado pelo mercado em especial por meios de documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos semelhantes comercializados pela futura contratada, emitidos pelo período de até 1 (um) ano anterior à data de autorização da inexigibilidade pela autoridade competente.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (Doze) meses contados da data de assinatura do contrato dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133, de 2021.

Portanto, de acordo com art. 74, inciso III, da Lei Nº 14.133/2021, para justificar a condição de exclusividade do executor, a Administração poderá se valer de qualquer documento, contando que idôneo, sobretudo, capaz de comprovar, efetivamente a contratação. Nesse caso o parâmetro de preços utilizado, foi o histórico de contratações anteriores, sendo adotado os mesmos moldes da contratação já praticados no estado de Roraima

V - DA COMPROVAÇÃO DE QUE PREENCHE E HABILITAÇÃO (art.72, V).

O art. 72, inciso V, da Lei Federal Nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima.

- a) Certidão de Regularidade junto ao Fisco Federal atualizada (art. 91, § 4º da Lei Nº 14.133/2021);
- b) Certidão de Regularidade junto ao Fisco Estadual atualizada (art. 91, § 4º da Lei Nº 14.133/2021)
- c) Certidão de Regularidade junto ao Fisco Municipal atualizada (art. 91, § 4º da Lei Nº 14.133/2021);



14

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC.

- d) Certidão de Regularidade junto ao FGTS atualizada (art. 91, § 4º da Lei Nº 14.133/2021)
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada (art. 91, § 4º da Lei Nº 14.133/2021);
- f) Cartão do CNPJ (art. 66 da Lei Nº 14.133/21);
- g) Contrato social e alterações (art. 66 da Lei Nº 14.133/21);
- h) Documentos do representante legal – CPF e RG (art. 66 da Lei Nº 14.133/21);
- i) Procuração ou ato que designa o representante legal, se for o caso (art. 66 da Lei Nº 14.133/21).

VI - DOS DEMAIS REQUISITOS ATINENTES À ESPECIE (art., 72 ad Lei Nº 14.133/21).

Sem prejuízo das observações acima exaradas, deve ser atendido os requisitos comuns às contratações públicas, os quais estão relacionados abaixo:

- a) Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei (art.72, II);
- b) Processo formal de contratação direta (artigo 72 da Lei 14.133/2021)
- c) Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo (art. 72, I);
- d) Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos (art.72, III);
- e) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (72, IV);
- f) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (72, V);
- g) Razão da escolha do contratado (art. 72, VI);
- h) Justificativa de preço (art. 72, VII);
- i) Autorização da autoridade competente (art.72, VIII);
- j) Minuta do Contrato.

VII – CONCLUSÃO.

Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, uma vez confirmada essas informações, entende-se como presentes as condições exigidas no art. 74, III, “c, f”, da Lei Nº 14.133/2021, viabilizando a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **SEBRAE-SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ 04.685.236/0001-60** conclui-se que, uma vez observadas ditames legais, segue para prosseguimento.

Bonfim/RR, em 23 de abril de 2025



Ângela Azevedo da Silva
Agente de Contratação



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC.





Leidy Laizza da Silva Costa
Membro



Vianna Joana Alfredo
Membro

